

<https://amazoniareal.com.br/hidreletricas-e-povos-tradicionais-1-resumo-da-serie/>



Hidrelétricas e povos tradicionais: 1 – Resumo da série



Por: **Philip Martin Fearnside** | 07/07/2020 às 14:37

As hidrelétricas existentes e planejadas (Figura 1) resultam em vários tipos de impactos sobre os povos tradicionais. A expulsão das comunidades das áreas inundadas pelos reservatórios implica uma quebra completa da base de sustentação e do modo de vida desses povos. Mesmo se os locais de residência dos povos tradicionais não são inundados diretamente, é notável a perda das fontes de alimentos, como peixes e quelônios, tanto no trecho inundado quanto nos trechos do rio abaixo e acima das barragens.

No caso dos povos indígenas, a perda dos locais sagrados é somada aos demais impactos, e este tipo de perda provoca ainda mais revolta entre os indígenas do que as perdas materiais pesadas. O fato de que os impactos das barragens se concentram entre as populações espalhadas na Amazônia e afastadas dos centros de poder, enquanto os benefícios vão para indústrias distantes, incluindo a exportação de energia na forma de commodities eletro-intensivos como o [alumínio](#), destaca a afronta profunda desse tipo de desenvolvimento aos princípios de [justiça ambiental](#).

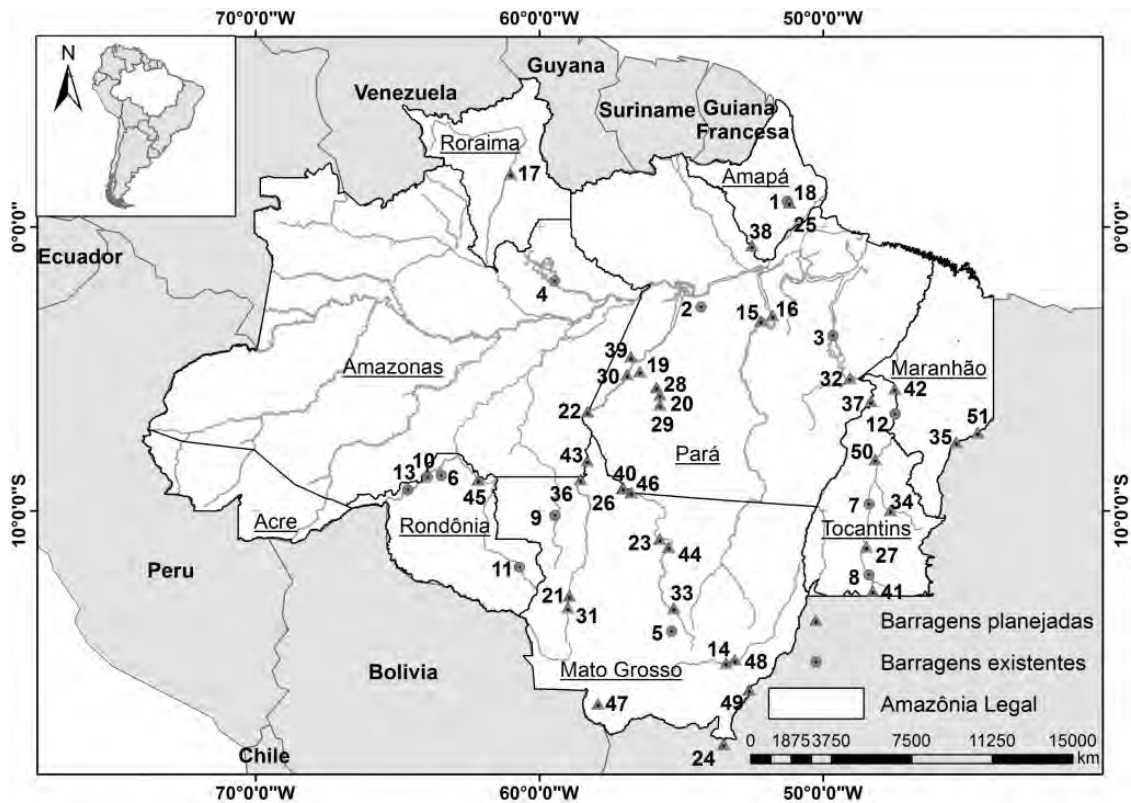


Figura 1. **Barragens “existentes”** (reservatórios enchidos até 01 de março de 2013): 1= Coaracy-Nunes, 2= Curuá-Una, 3= Tucuruí, 4= Balbina, 5= Manso, 6= Samuel, 7= Lajeado (Luis Eduardo Magalhães), 8= Peixe Angical, 9= Dardanelos, 10= Santo Antônio (R. Madeira), 11= Rondon II, 12= Estreito (R. Tocantins), 13= Jirau. **Barragens “planejadas”**: 14= Água Limpa, 15= Babaquara [Altamira], 16= Belo Monte, 17= Bem Querer, 18= Cachoeira Caldeirão, 19= Cachoeira do Caí, 20= Cachoeira dos Patos, 21= Cachoeirão, 21a= Castanheira, 22= Chacorão, 23= Colíder, 24= Couto Magalhães, 25= Ferreira Gomes, 26= Foz do Apiacás, 27= Ipueiras, 28= Jamanxim, 29= Jardim de Ouro, 30= Jatobá, 31= Juruena, 32= Marabá, 33= Magessi, 34= Novo Acordo, 35= Ribeiro Gonçalves, 36= Salto Augusto Baixo, 37= Santa Isabel (R. Araguaia), 38= Santo Antônio (R. Jari), 39= São Luiz do Tapajós, 40= São Manoel, 41= São Salvador, 42= Serra Quebrada, 43= São Simão Alto, 44= Sinop, 45= Tabajara, 46= Teles Pires, 47= Tocantins (R. Renascer), 48= Toricoejo, 49= Torixoréu, 50= Tupirantins, 51= Uruçuí. Além dessas, 62 outras represas estão listadas no Plano 2010 que ainda não aparecem nos Planos Decenais de Expansão Energética (PDEs). As seguintes barragens indicadas como “planejadas” tiveram reservatórios enchidos entre 01 de março de 2013 e 01 de junho de 2020: 16, 23, 25, 38, 40, 41 & 46. [Fonte: Fearnside \(2015\)](#).

Os proponentes das barragens se mostram pouco sensíveis aos impactos sobre os povos tradicionais. Por exemplo, o Dr. Paulo Rogério Cezar de Cerqueira Leite, um professor emérito de física e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, [publicou no jornal o seguinte](#) trecho a respeito do impacto da usina de Belo Monte sobre os povos indígenas:

“Os índios da região amazônica são, em origem, seminômades, deslocando-se periodicamente sempre que recursos naturais se escasseiem devido ao extrativismo a que eles mesmos recorrem. Portanto, dos pontos de vista cultural, psicológico e até

mesmo material, contrariamente ao que pretendem alguns ambientalistas, o índio pouco ou nada sofrerá”.

Ainda, o texto do Dr. Leite taxou as pessoas que criticavam a hidrelétrica de Belo Monte como “ecopalermas”, “ignocentes”, “verdolengos”, “malabaristas”, “fanfarrões”, “pseudointelectuais” e um “exército extemporâneo de Brancaléone” (veja a minha [resposta](#)).[1]

Nota

[1] Esta série provém de uma contribuição do autor a um diagnóstico sobre contribuições dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais à biodiversidade no Brasil e as políticas públicas que as afetam, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Cristina Adams para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A imagem que ilustra este artigo mostra um protesto das mulheres Munduruku na Usina de São Manoel (Foto: Juliana Rosa Pesqueira/FTP)

Philip Martin Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 600 publicações científicas e mais de 500 textos de divulgação de sua autoria [que estão disponíveis aqui](#).